

DOCUMENTAR, REGISTRAR E AVALIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO - CULTURAL PARA A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

MENDES, Ana Cláudia Bonachini¹
SANTOS, Simone Silveira²
MELLO, Suely Amaral³

Resumo - O presente artigo tem por finalidade discutir a documentação pedagógica como possibilidades para evidenciar as aprendizagens das crianças e compreender a atividade do professor a partir de uma perspectiva humanizadora, tendo como pano de fundo as contribuições da Teoria Histórico-Cultural. Na metodologia, realizamos a revisão de literatura para localizar nossa discussão a partir do que já foi escrito sobre o tema e pontuar a documentação do ponto de vista dos ordenamentos legais. No decorrer do trabalho, analisamos os registros e a documentação pedagógica de uma professora atuante nas séries finais da Educação Infantil que dialogam com nossa discussão. Na conclusão, tecemos as considerações sobre os múltiplos condicionamentos que limitam a atividade consciente do professor destacando elementos para a constituição de um processo avaliativo humanizador.

Palavras-chave: Documentação Pedagógica. Infância. Teoria Histórico-Cultural.

Introdução

As qualidades psíquicas não surgem espontaneamente: são fruto de um processo de educação e de instrução que se apoia nas atividades das crianças. Por isso, é impossível caracterizar psicologicamente a fundo uma criança de determinada idade se não se levar em conta as circunstâncias em que foi educada e nas quais estudou (MUKHINA, 1995, p. 63).

Ao discutir sobre os principais aspectos da psicologia do pré-escolar, Mukhina (1995) destaca a importância decisiva da educação e do ensino na evolução psíquica da criança e o papel que nisso desempenham os diferentes tipos de atividade infantil. Para a autora, as condições de vida, a educação e a instrução são fatores que condicionam o desenvolvimento psíquico da criança e a formação de suas qualidades tipicamente humanas.

1 Doutoranda do PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília-SP. Professor Adjunto II no UNITOLEDO, Araçatuba-SP. Diretora de escola Municipal de Educação Infantil, Araçatuba-SP. E-mail: bonachini.thc@gmail.com

2 Doutoranda do PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília-SP. Bolsista CAPES. Professora de Educação Infantil, Marília-SP. E-mail: simone.s.santos.pba@gmail.com

3 Doutora em Educação pela UFSCAR. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC, Unesp de Marília-SP. E-mail: suepedro@terra.com.br

Para analisar o papel das condições concretas de vida e as forças que impulsionam o desenvolvimento da psique infantil, devemos começar analisando a atividade da criança e como ela é construída nas relações sociais que estabelecemos com ela. Assim, vale ressaltar que,

Por atividade, designamos os processos psicologicamente caracterizados por aquilo a que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade, isto é, o motivo. (LEONTIEV, 2016, p. 68).

Para o autor, denominamos de atividade apenas os processos nos quais as crianças estão envolvidas por inteiro, motivadas pelo objeto que se alcançará ao final deste processo. Deste modo, o lugar que a criança ocupa nas relações sociais têm força motivadora em seu desenvolvimento: sendo um sujeito ativo, terá seu desenvolvimento impulsionado; sendo um objeto no processo, terá seu desenvolvimento restringido. Por consequência, precisamos considerar o desenvolvimento do psiquismo infantil como um processo culturalmente mediado e que depende das condições concretas nas quais ocorre. E isso implica considerar que o meio exerce influência sobre o desenvolvimento das crianças de forma distinta, pois, tal influência está condicionada pela relação que a criança estabelece com esse meio e do grau de sentido que ela atribui a ele. (VYGOTSKY, 2018).

Portanto, o meio se apresenta como fonte para o desenvolvimento das formas de atividade e apropriação das características especificamente humanas. Nas palavras do autor, “[...] a influência do meio no desenvolvimento da criança, junto com as demais influências, será medida também pelo nível de compreensão, de tomada de consciência, de atribuição de sentido ao que nele acontece.” (VYGOTSKY, 2018, p. 79)

Diante do exposto, quando compreendemos o papel do meio para o desenvolvimento humano na infância e as potencialidades imbricadas neste processo, reconhecemos a importância sobre as formas de apresentar o mundo e a cultura para as crianças - os hábitos, os costumes, os objetos, a ciência, a língua que falamos, as diferentes linguagens, enfim, os objetos da cultura inclusive em suas formas finais ou mais elaboradas – isto é, criando condições que as colocam em atividade e favorecem a sua ação.

Motivadas por essa reflexão inicial que pontua a complexidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento na infância, consideramos que o processo de avaliação

implica documentar as experiências vividas pelas crianças de modo que forneçam elementos para a reflexão, avaliação e comunicação da atividade da criança e de como ela vai sendo construída nas relações sociais que estabelecemos com ela e entre ela e o mundo, o que também contribui para a autoformação dos professores e das professoras. Assim sendo, o objetivo geral deste estudo é discutir a documentação pedagógica como possibilidades para evidenciar as aprendizagens das crianças e compreender a atividade docente neste processo sob a ótica da Teoria Histórico-Cultural.

Em vista do objetivo proposto, primeiramente, realizamos a revisão de literatura com a finalidade de localizar nossa discussão a partir do que já foi discutido sobre o tema e apontar o que as pesquisas têm demonstrado no que se refere à concepção dos professores, de que maneira a documentação e a avaliação se configuram na legislação vigente e suas implicações para a fragmentação das ações docentes. No decorrer da exposição, analisamos à luz da Teoria Histórico-Cultural princípios para a compreensão do processo de desenvolvimento humano na infância e os procedimentos para acompanhar, registrar e avaliar condições humanizadoras que podem ser proporcionadas na escola da infância. A partir das definições legais e teóricas, apresentamos algumas possibilidades de avaliação realizadas por uma professora atuante nas Etapas I e II da Educação Infantil, que dialogam e se aproximam das discussões pontuadas nessa discussão. A análise dos registros da professora revela o esforço da profissional em materializar as aprendizagens das crianças em registros pessoais, registros coletivos e instrumentos de comunicação com as famílias. Nas conclusões, buscamos tecer algumas considerações sobre os múltiplos condicionamentos que limitam a prática e a atividade consciente do professor destacando elementos para a constituição de um processo avaliativo humanizador.

Documentar e avaliar: apontamentos das pesquisas e das definições legais

Para dimensionar o tratamento que a documentação pedagógica tem recebido nos trabalhos acadêmicos, realizamos um levantamento de dissertações e teses que versam sobre a avaliação na EI, com foco na documentação pedagógica, junto ao banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, no período de 2015 a 2020. Após a análise dos trabalhos encontrados,

organizamos a revisão de literatura a partir das seguintes categorias: documentação e avaliação definidas nos documentos oficiais; concepções e práticas de documentação e avaliação; formação continuada com vistas à documentação pedagógica;

Em relação aos documentos oficiais, os autores (OLIVEIRA, 2019; ARANTES, 2019; GAVA, 2019) apontam um movimento de avanços e retrocessos na elaboração das diretrizes e das normativas. Segundo essas pesquisas, as lutas históricas das mães da classe trabalhadora pela efetivação dos direitos fundamentais das crianças e o reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, são compreendidos como avanços. E isso implica um campo de conhecimento, de política pública e a indissociabilidade entre educar e cuidar. No tocante aos retrocessos, as pesquisas apontam que existe um distanciamento entre as determinações legais e o que ocorre na prática, e a ausência de participação política do professor quanto ao rumo das políticas públicas voltadas para a garantia de direitos na educação das crianças brasileiras. E por fim, os autores sinalizam que a avaliação ainda apresenta um caráter instrumental e que, portanto, não possibilita o processo de reflexão, diagnóstico e transformação da prática.

Quanto às concepções e práticas de documentação pedagógica (AMPARO, 2018; GAVA, 2019), apontam que ainda existe uma fragilidade quanto ao olhar, à escuta e à mediação que os docentes realizam, pois, os subsídios teórico-práticos dos documentos oficiais são dispostos de forma fragmentada, não exercendo a função mediadora na construção de conhecimentos e reflexão da prática pedagógica. Para a autora, ainda existe um predomínio de uma visão de criança passiva, incapaz e uma visão de professor centralizador, que pensa e faz pela criança, em vez de fazer junto com ela.

Gomes (2016) realizou uma pesquisa empírica e documental sobre as concepções dos professores em relação a prática e as diretrizes municipais de Fortaleza-CE, cujos resultados apontaram que é preciso incorporar a cultura de avaliação ao trabalho docente e documentar o que está sendo realizado: registrar os diálogos das crianças, as mediações realizadas e os planejamentos. Contudo, é preciso destacar que não se trata de um registro cotidiano simplesmente para implementação de uma prática avaliativa coerente e singular, é necessário um tipo de formação específica para tal realização, já que exige um conhecimento sobre as diversas dimensões do desenvolvimento infantil e sobre os diversos instrumentos de documentação pedagógica no cotidiano escolar.

Ainda sobre as concepções de avaliação e documentação pedagógica destacamos o trabalho de Castro (2016) que realizou uma pesquisa com crianças de dois e três anos e seus respectivos professores, tomando a documentação pedagógica como parte constitutiva da docência com crianças pequenas. A partir dos conceitos bakhtinianos de *alteridade*, a autora conclui que ela se revela como a necessidade de um agir pautado na ética e na sensibilidade e uma atenção à relação eu/outro, aspecto que envolve o cuidado de si e o cuidado do outro; Sobre o *dialogismo e escuta*, a autora reitera a necessidade das professoras de EI tomarem as enunciações das crianças como reivindicação tornando seu agir com elas mais consciente e próximo ao que manifestam, formando um diálogo inacabado e sobre a *significação* a autora explica que como a discursividade das crianças se constitui por meio de pseudoconceitos, os quais requerem olhar atento e constante atribuição de sentidos por parte das professoras. Além disso, salienta que a brincadeira é revelada como promotora na constituição discursiva das crianças e que é por meio dela que as crianças encontram possibilidades de ressignificar ou até mesmo transgredir regras instituídas pelos adultos.

Schmeing (2019) investigou a concepção de professores de EI sobre a prática pedagógica com crianças de zero a três anos. Os resultados obtidos demonstraram que, apesar da fragilidade da formação inicial, - no que se refere à documentação pedagógica - as professoras apresentam concepções articuladas aos conhecimentos veiculados nos documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Os depoimentos revelaram que esta é uma docência marcada por gestos e atitudes de afetividade, observação sensível e escuta ativa. Entre as especificidades evidenciadas também estão os registros de documentação pedagógicas reflexivas, bem como a promoção de interações e brincadeiras, através de experiências variadas e de possibilidades para exploração de diferentes linguagens em diferentes espaços. Nesta perspectiva, a intencionalidade docente é essencial para a organização dos ambientes de forma acolhedora e desafiadora das potencialidades dos bebês e crianças pequenas. Os depoimentos revelaram necessidades formativas, sobre o desenvolvimento de vínculos família-escola; superação de desgastes físicos e emocionais, e reflexão de formas flexíveis para a organização das rotinas e tempo maior para a construção dos registros de documentação pedagógica e por fim, melhores condições de trabalho e valorização profissional.

Quanto às pesquisas voltadas para a formação continuada, encontramos vários trabalhos indicando a necessidade de formação para a implementação e elaboração da documentação pedagógica. Entre os estudos, destacamos a pesquisa de Lage (2018) que analisou a trajetória formativa e a prática desenvolvida de oito professores, buscando verificar o olhar docente ao documentar e avaliar. A autora concluiu que as condições de trabalho interferem de maneira relevante na produção dos relatórios, tendo em vista que as narrativas docentes referem-se à formação de maneira ampla envolvendo experiências pessoais e profissionais. A dimensão pessoal, relacional e experiencial da docência e dos saberes docentes sobressaem como aspectos fundamentais da formação de determinada profissionalidade sensível à infância, que não se encerra em conhecimentos acadêmico-científicos. Por essa razão, exigem processos formativos que mobilizam a pessoa integralmente, nutrem e sensibilizam as linguagens da infância, apontando para a essencialidade das experiências estéticas na formação desses professores de EI.

Nanaka (2018) pesquisou as contribuições da formação continuada com professores de crianças de zero a três anos sobre o conhecimento e o uso da documentação pedagógica. A partir dos dados, a autora concluiu que a formação continuada contribuiu para a visibilidade da criança e do professor, por meio dos estudos e discussões sobre a documentação pedagógica que possibilitaram mudança no olhar das professoras. Não apenas sobre si mesmas, quando assumem a autoria do trabalho e atribuem sentido ao fazer pedagógico, mas também quando passam a conceber a criança de um novo modo. A pesquisa revelou que a formação continuada - centrada na documentação pedagógica – melhorou a qualidade dos registros e o olhar das professoras, ou seja, um olhar que valoriza as experiências e os processos de aprendizagem dos bebês e das crianças.

Mendonça (2009) assevera que a formação continuada é uma importante ferramenta para instrumentalizar a ação docente e sua consciência crítica, quando contribui para a visibilidade e para a atividade da criança e dos professores. Os estudos e discussões sobre a documentação pedagógica possibilitam a mudança no olhar dos professores, não somente sobre si mesmos, quando assumem a autoria do trabalho e atribuem sentido ao fazer pedagógico, mas também quando passam a conceber a criança como um parceiro ativo que atribui sentido ao que vivencia.

Em síntese, a revisão de literatura revelou que a avaliação na EI tem forte tendência marcada com foco nas questões comportamentais e atitudinais, revelando que o planejamento está pautado nas experiências docente e centrado nas expectativas dos adultos em relação às crianças; Evidenciou inúmeros obstáculos que precisam ser sanados como por exemplo, condições precárias de trabalho, número elevado de crianças nas salas de aula, atuação de profissionais com diferentes formações, insegurança docente sobre o que é como documentar, dentre outros aspectos; denunciou também a descontinuidade da oferta de formação continuada e a falta de uma política de formação que atenda às necessidades formativas dos professores.

No que se refere à perspectiva legal, o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) institui a avaliação na EI como um processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças sem o objetivo de promoção ou acesso ao Ensino Fundamental. Ou seja, trata-se de um processo qualitativo em que cabe aos professores acompanhar e registrar o desenvolvimento integral das crianças. Recentemente, a inserção de outros incisos na referida lei determina a expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 2013).

Nessa mesma lógica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009) determinam a criação de procedimentos para acompanhar o trabalho pedagógico e avaliar o desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação para etapas seguintes. Para tanto, sugere e esclarece algumas possibilidades para realização desse acompanhamento: a observação crítica e criativa das atividades, a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças, a continuidade dos processos de aprendizagem por meio da criação de estratégias adequadas para este fim e a documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho que é desenvolvido na escola.

O documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), de maneira ampla e geral, concebe a avaliação como uma das ações a serem concretizadas no sentido de assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica. Isto é, cabe aos professores averiguar as aprendizagens esperadas para o final de cada etapa ou ano da Educação Básica. Com base no princípio da autonomia, atribui aos sistemas de ensino a incumbência de:

Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos (BRASIL, 2017, p.17).

Como documento que se configura como norteador das ações pedagógicas e com ampla divulgação nas escolas, deveria esclarecer de que maneira esses registros podem ser elaborados para se constituir como referência para avaliar os processos de aprendizagem considerando o desenvolvimento humano na infância. Entretanto, de maneira imprecisa e genérica, apenas atribui às instituições de ensino a criação de tais registros e documentos avaliativos.

Especificamente, para a etapa da EI o documento indica a necessidade de informações contidas em portfólios ou outras formas de registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória escolar, para facilitar a sua inserção no Ensino Fundamental e também sugere a iniciativa de diálogos, trocas de informações e de materiais entre os professores da escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental no processo de transição entre as etapas de ensino. Analisando este documento, concluímos que não há informações suficientes para compreender como se dá o processo de avaliação formativa das crianças, pois, não encontramos subsídios teóricos/práticos para a elaboração de uma documentação que dê visibilidade às aprendizagens das crianças. Em outras palavras, a leitura deste documento não elucida e tampouco oferece elementos para a orientação e organização das práticas de registro, avaliação e de documentação pedagógica.

A partir de uma leitura crítica do documento, Coutinho e Moro (2017) alertam que

Cabe destacar dois aspectos da mudança na terceira versão da BNCC que afetam de modo direto a relação com a avaliação. O primeiro deles é a inclusão de uma perspectiva curricular baseada em competências e habilidades, situando o desenvolvimento em determinados aspectos e no indivíduo e não no seu processo de constituição humana, a partir de uma educação integral. Outro ponto, especificamente na educação infantil, é a mudança de um dos campos de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação” para “oralidade e escrita”, o que claramente demarca a ênfase no ensino da escrita para as crianças ainda na educação infantil, desconsiderando as demais dimensões que constituem o trabalho com as linguagens, principalmente a imaginação, elemento central ao se pensar as experiências das crianças pequenas (COUTINHO e MORO, 2017, p. 355).

No que se refere aos fundamentos pedagógicos, os autores relatam que o documento menciona as avaliações em larga escala, pautados no desenvolvimento de competências e habilidades. Neste sentido, a concepção de criança apresentada na BNCC (BRASIL, 2017) se contrapõe à concepção de criança descrita nas DCNEI (BRASIL, 2009). Ainda que anuncie estar pautada nas DCNEI, observamos que o foco da BNCC é a criança como capital humano, sendo preparada para o mercado de trabalho, bem diferente da criança cidadã, sujeito histórico e de direitos, anunciada pelas DCNEI (BRASIL, 2009).

No que diz respeito às questões práticas, - como pesquisadoras e profissionais inseridas na escola de EI - é comum nos depararmos com práticas de avaliação em que professores e professoras elaboram o portfólio como instrumento avaliativo das crianças. Via de regra, as atividades realizadas pelas crianças, por um tempo determinado, são reunidas em uma espécie de coletânea de atividades. O fato é que nem sempre essa coleção de atividades revelam os processos vividos pelas crianças na escola, pois, registram a aparência dos processos, sem uma análise de seu significado para o desenvolvimento das crianças. Dito de outro modo, não basta selecionar atividades em folha, desenhos, registros das crianças e dos professores e organizá-los em uma coletânea de atividades, quando se pretende avaliar o desenvolvimento das crianças. A prática da documentação pedagógica organizada a partir de uma perspectiva que considera a criança como sujeito ativo, revela-se como mediadora no processo de apropriação de conhecimentos, tendo em vista que este instrumento possibilita dar visibilidade aos processos, acompanhamento, avaliação e reflexão sobre as práticas pedagógicas cotidianas de crianças e professores (KAWADA, 2016).

Registrar, documentar e avaliar na perspectiva humanizadora

Ao considerarmos o papel essencial da educação para a formação da inteligência e personalidade das crianças, defendemos que os processos de registrar, documentar, comunicar e avaliar devem ir para além das aparências, configurando-se como um processo humanizador que revela o protagonismo da criança, do professor das famílias e da escola.

De acordo com a tradição da EI que se desenvolve no norte da Itália, – Pedagogia de *Reggio Emilia* – a documentação pedagógica é um instrumento essencial para que professores e professoras construam experiências positivas com as crianças, sustentem o seu próprio

crescimento profissional e melhorem a própria capacidade de comunicação com as crianças, com os colegas e com as famílias (GALARDINI e IOZZELLI, 2018). No âmbito dessa pedagogia, a documentação desempenha três funções. A primeira função é criar condições que remetam à memória das experiências realizadas com as crianças. O ponto de partida é a apresentação de imagens e palavras para exploração dos conhecimentos prévios das crianças e construir junto com elas os conhecimentos sobre os temas de investigação. Essa ação favorece o interesse e a curiosidade da criança na medida em que ela se torna consciente das aprendizagens conquistadas. A segunda função da documentação, consiste em proporcionar elementos para que os professores possam refletir sobre a sua prática e sobre as condições criadas para a educação das crianças na escola da infância. Essa função da documentação favorece o sentido crítico dos professores e constitui-se também como um instrumento para investigação e reconstrução da prática. E a terceira função da documentação é estabelecer o diálogo com as famílias, informando-as sobre as experiências e aprendizagens realizadas com as crianças. A intenção dos professores é envolver as famílias no processo educativo e inclusive solicitar apoio e parcerias (LINO, 2007).

Ao registrar e documentar os processos vividos pelas crianças na escola da infância, a avaliação pode ganhar um sentido humanizador, quando possibilita aos professores e professoras avaliar o conjunto das condições criadas na escola e como a organização do trabalho pedagógico pode promover a formação e o desenvolvimento da personalidade e da inteligência das crianças. Em vez de classificar a criança a partir do que ela demonstra ter aprendido.

Para a Teoria Histórico Cultural, o papel da experiência vivida na escola da infância para o desenvolvimento mental envolve muito mais do que o “conteúdo” que é apresentado às crianças. Essa apropriação e acumulação de conhecimento revelam o aspecto quantitativo do desenvolvimento intelectual. A formação e o desenvolvimento da personalidade e da inteligência ocorrem à medida que as crianças se apropriam desse conteúdo, no entanto, depende da forma como as crianças são inseridas no processo, quer dizer, se têm autonomia, se ocupam o lugar de sujeito ativo que atua com o corpo, a mente e as emoções, enfim, se estão envolvidas por inteiro no processo de apropriação dos conhecimentos.

Por isso, a intencionalidade docente orientada por um compromisso com o máximo desenvolvimento humano na infância e pelo respeito aos tempos e aos ritmos da infância, às

linguagens de relacionamento das crianças com a cultura (o mundo ao redor), ao lugar de sujeito ativo que as crianças devem ocupar na perspectiva de uma educação desenvolvente e às regularidades do desenvolvimento na pequena infância, podem ter na documentação pedagógica, um aliado no processo de avaliação (CABANELLAS, 2020).

A avaliação na perspectiva histórico-cultural, envolverá não apenas o desenvolvimento das crianças, mas as condições materiais criadas na escola da infância por meio do espaço e dos materiais, da gestão do tempo, das relações de escuta e acolhimento estabelecidas com as crianças e, da mesma forma, as relações entre as crianças, entre os diferentes profissionais da escola, e entre a escola e as famílias. Implica a qualidade do que é apresentado às crianças, considerando que a cultura é a fonte das qualidades humanas, sem se esquecer que a cultura (o meio, o mundo ao redor) não impactam a criança de forma linear, isto é, sua influência é por assim dizer, filtrada pela criança a partir de sua experiência de vida anterior, pelos sentidos atribuídos por ela às situações vividas.

É no processo de autorreflexão possibilitado pela documentação pedagógica que os professores e as professoras podem avaliar o nível de envolvimento e participação das crianças, suas aprendizagens e as aprendizagens que estão em vias de construção. Ou seja, aquilo que constitui a zona de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento iminente no processo vivido pelas crianças, as condições propostas pela escola e, assim, reorientar a ação docente no sentido de criar as condições adequadas para a apropriação máxima das qualidades humanas pelas crianças.

A criança como sujeito nas relações sociais e a sua participação no próprio processo avaliativo

Na perspectiva histórico-cultural, o sentido da Educação é a humanização. E esse processo, como já viemos discutindo, requer o envolvimento da criança como um ser ativo que faz, pensa e deseja. Em outras palavras, quando ela participa do próprio processo de avaliação: elaborando registros de forma individual e coletiva; quando observa, apresenta ou comenta sua própria produção; quando escolhe atividades para compor seu portfólio; opinando sobre a melhor forma de registrar e comunicar às famílias o que estão aprendendo na escola; quando desenvolve projetos e é incentivada a fazer registros sobre eles, enfim,

quando retoma e reflete a trajetória do que foi vivenciado na escola; ela atribui sentido ao que está aprendendo, se autoavalia e, conseqüentemente, pode melhor se autorregular.

Nesse sentido, as crianças se humanizam, pois, desenvolvem qualidades psíquicas tipicamente humanas como o pensamento, a linguagem, a atenção, a imaginação, a capacidade de planejamento, pois, vão formando sua inteligência e personalidade, se transformando e modificando sua relação com o mundo e os objetos da cultura – o que aprofunda dialeticamente seu próprio processo de desenvolvimento. “A documentação cria evidências para a compreensão da criança como um ser que sente, pensa, relaciona-se, age, explora, comunica, narra, em outros termos, um ser que vive e aprende” (FORMOSINHO e FORMOSINHO, 2019, p. 51).

O envolvimento e a parceria das famílias no processo educativo

Um outro aspecto a ser considerado quando tratamos da avaliação e da documentação pedagógica é a comunicação com as famílias. Os pais e as famílias são parceiros essenciais para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, de um modo especial, a documentação pedagógica constitui-se como possibilidades para o envolvimento, colaboração e parcerias das famílias no processo educativo. No entanto, exige a disposição de tempo para compartilhar e socializar as experiências vividas pelas crianças na escola da infância. Assim, algumas ações podem ser desenvolvidas no sentido de valorizar a participação das famílias, por exemplo: quando convidamos familiares para dialogar com as crianças e documentamos a visita, quando criamos com as crianças meios de comunicar às famílias sobre os projetos que desenvolvemos ou quando expomos em local acessível às famílias as produções realizadas e encorajamos as crianças a conversarem com os pais sobre elas. Ações assim, evidenciam nossa intenção de envolvimento e comunicação com as famílias, além de tornar transparente e valorizar o trabalho que é desenvolvido na escola.

[...] o processo de tornar a aprendizagem visível por meio da documentação dos processos envolvidos nas situações educacionais revelou-se um espaço para o bem-estar das crianças, das famílias e dos educadores. Ele exige que se acredite firmemente nos direitos de todos os atores envolvidos, bem como na abertura empática (FORMOSINHO *et al*, 2019, p. 143).

Dessa maneira, ao criarmos as condições para a comunicação com as famílias, possibilitamos o envolvimento e a cooperação de pais e professores nos processos educativos cotidianos e conseqüentemente facilitando o apoio que eles podem oferecer a seus filhos.

A constituição da identidade da escola revelada nos processos de registro, documentação e avaliação

Ao instituir formas de documentar, registrar e avaliar o processo de Educação das crianças, a escola pode ampliar o aprimoramento do processo de avaliação ao mesmo tempo em que favorece as trocas entre os profissionais da escola, se autoconhecendo, ampliando a escuta com a participação das famílias e das próprias crianças e, nesse processo, vai constituindo sua identidade. A documentação e a reflexão permitem rever a organização do espaço, pois, este revela o que pensamos e o que valorizamos. Da mesma forma, quando organizamos junto com as crianças uma amostra sobre o que pesquisaram e o que descobriram sobre um tema de seu interesse, quando suas produções individuais e coletivas são expostas, quando registramos com as crianças as vivências na escola e organizamos com elas uma coletânea dos momentos mais relevantes, demonstramos o valor que atribuímos às suas produções e sobretudo às suas necessidades e motivações.

Nessa perspectiva, concordamos com os educadores italianos de *Reggio Emilia* quando afirmam que “o espaço reflete a cultura das pessoas que nele vivem em muitas formas e, em um exame mais cuidadoso, revela até mesmo camadas distintas dessa influência cultural.” (GANDINI, 1999, p. 150). Segundo esses educadores, a objetivação mais visível do próprio trabalho é evidenciada na organização dos espaços, pois, oferecem múltiplas percepções e sensações e além disso, dão uma impressão geral da riqueza e qualidade das propostas pedagógicas desenvolvidas com as crianças. A pedagogia de *Reggio Emilia* é orientada por princípios que visam promover as relações, as interações, e a comunicação entre os três protagonistas do processo educativo – a criança, o professor e os pais – e a comunidade em geral. Nesse sentido, acredita-se que todo o conhecimento emerge de uma construção pessoal e social, no qual a criança tem um papel ativo na sua socialização que é construída com os pares e com os adultos. Por esta razão, a colaboração entre as crianças, os professores e as famílias é compreendida como elemento essencial para o desenvolvimento pessoal e do grupo. (LINO, 2007)

Documentação pedagógica: dando visibilidade às aprendizagens e ao desenvolvimento das crianças

Documentar é como fazer brilhar o outro, como desenhar o outro com admiração e generosidade. Nos faz crer novamente na pesquisa de nossos sentidos, novas paisagens por onde caminhar, mas também onde sentar-se e pintá-las. (BONAS, 2018, p.83)

As DCNEI (2009) concebem a criança como sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura nas interações e práticas cotidianas que vivencia. Tal enunciado nos coloca a seguinte questão: Como contemplar essa criança nas formas registro e de avaliação na EI?

Em busca de procedimentos que possam concretizar uma documentação na perspectiva deste estudo, apresentamos os registros pessoais de uma professora de EI. Nossa intenção é compreender a atividade da professora, das crianças e das famílias no processo de registrar, documentar, comunicar e avaliar o trabalho pedagógico.

A atividade da professora, das crianças e das famílias: organizando o *Raio X das crianças, Álbuns de turma e o Fique por dentro*

O *raio X das crianças* (Figura 1) é um instrumento elaborado pela professora para registrar suas observações diárias sobre as crianças. Para organizar esses registros, ela observa com atenção especial três ou quatro crianças por dia e registra o nível de desenvolvimento apresentado pelas crianças nos momentos de brincadeiras, de conversas entre as crianças e conversas com a professora. Para ela, esses registros orientam os próximos passos para a organização do trabalho a ser desenvolvido. No decorrer do processo, ela descreve as condições que vai criando, - a partir de suas observações - para que as crianças possam avançar em suas aprendizagens. As informações sobre as crianças possibilitam reestruturar o planejamento, servem de base para a elaboração do relatório semestral de avaliação e para a comunicação das aprendizagens com as famílias.



Fonte: Arquivo cedido para as pesquisadoras, 2020.
Figura 1 - Capa do caderno intitulado pela professora de Raio X

Documentar é um ato de compromisso, pois, ao escrevermos sobre o trabalho que desenvolvemos e sobre as conexões que estabelecemos com ele, organizamos nosso pensamento e a ação educativa. Ao registrar o que fazemos, como fazemos e por quê fazemos, criamos condições para compreender, aprender e tomar consciência do sentido da nossa atividade docente, ou seja, nos tornamos pesquisadores do ato educativo (BONAS, 2018). Desse modo, a documentação como reflexão assume a importante função de autoformação, pois exige de nós, professores e professoras, a clareza do projeto educativo que estamos desenvolvendo com as crianças. Essa clareza se vincula a uma concepção de criança, de educação e sociedade que deve se tornar cada vez mais consciente e crítica. Desse modo, assumimos a documentação pedagógica como parte integrante da práxis cotidiana. Ser empoderado pela própria base de conhecimento, ser reconhecido e respeitado pela sua própria práxis profissional, acarreta simultaneamente direitos e deveres. Nessa perspectiva, o direito a ser responsável pela avaliação significa o dever de compartilhá-la com os envolvidos na aprendizagem: crianças, pais, profissionais e comunidades locais (FORMOSINHO *et al*, 2019).

Os *álbuns de turma* (Figura 2) são organizados pela professora com a intenção de valorizar a produção das crianças, o próprio trabalho e envolver as famílias no processo de educação. Estes álbuns são organizados com fotografias e relatos da professora que retratam experiências e projetos realizados com elas. Em algumas situações, a professora registra fala das crianças - sobre o que estão pesquisando - e posteriormente as organiza no álbum com a produção da criança. Para ela, o importante é possibilitar à criança rever o que aprendeu, explicar e compartilhar essas aprendizagens com as famílias.

O modo como organizamos este instrumento revela o valor que atribuímos à infância e tornam visíveis as necessidades de meninos e meninas, ou seja, documentando deixamos marcas permanentes do trabalho educativo, das conquistas e das experiências vividas na escola da infância. “Os meninos e as meninas percebem que o seu fazer é importante justamente porque se dá forma e valor à identidade do grupo através de seus pensamentos e de suas histórias” (IOZZELLI e GALARDINI, p. 92).



Fonte: Arquivo cedidos para as pesquisadoras, 2007.

Figura 2 - Álbum de turma

As falas das crianças representadas nos balões acima, retratam o trabalho em um projeto intitulado “Planeta Vivo” entre os meses de outubro e novembro de 2007. O tema do projeto era a preservação ambiental e as crianças criaram uma espécie de “gibizão”, para apresentar para as famílias no momento da reunião de pais.

A documentação é uma forma eficaz de registrar as experiências educativas vividas pelas crianças e possibilitar a elas a reflexão e a avaliação para que possam extrair dela

informações importantes para a sistematização de seus conhecimentos, pois, “ajuda a lembrar uma experiência, a criar memória, a enfatizar também com o que cada criança contribuiu individualmente para o grupo e para reconhecer e avaliar a própria identidade e a identidade do grupo.” (IOZZELLI e GALARDINI, p. 92). Para as autoras, o processo de registrar, coletar e documentar os diálogos das crianças, seus pensamentos, suas hipóteses, ajuda a dar continuidade às diversas experiências vividas e oportuniza o protagonismo das crianças.

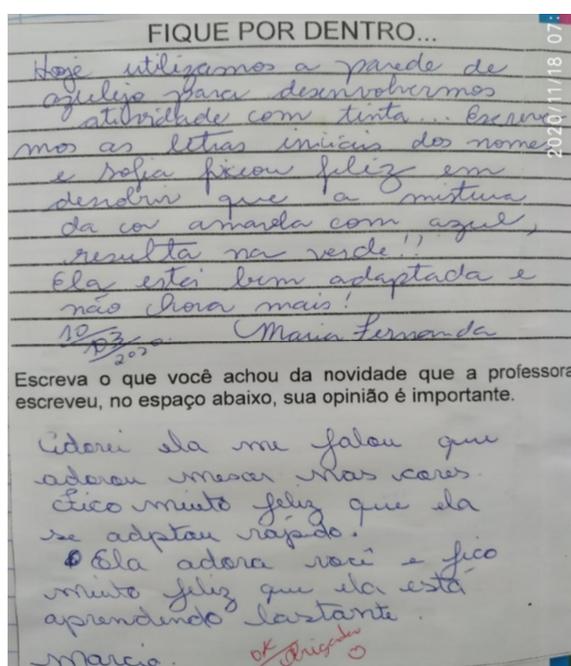
Nessa lógica, uma documentação implica a participação das crianças em sua elaboração, pois, ao se envolverem e participarem elas vão se tornando conscientes dos processos vivenciados na escola e da história que estão escrevendo. Quando a criança reflete sobre suas ideias, seu ponto de vista, opiniões ou ações, aprende a compreender-se e comprometer-se. (BONAS, 2018). Em outras palavras, por meio de sua própria atividade, - mediada pela ação consciente do professor - a criança tem sua aprendizagem e desenvolvimento potencializados, formando sua inteligência e personalidade.

Quando nós, professores e professoras, criamos condições de participação das crianças na elaboração da documentação pedagógica, organizamos momentos nos quais elas possam trocar experiências entre os colegas, realizar pesquisas e descobertas; ao propomos que registrem e opinem sobre o que estão aprendendo, organizamos intencionalmente uma educação na perspectiva humanizadora, uma vez que criamos condições para uma relação consciente da criança com seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse processo, nossa atuação consiste em mediar a apropriação dos conhecimentos, oferecendo condições objetivas e materiais para que as crianças possam desenvolver maximamente as qualidades tipicamente humanas de percepção, atenção, memória, imaginação, controle da conduta, pensamento e linguagem.

O instrumento *fique por dentro* (Figura 3) é uma espécie de informativo e também constitui um meio de feedback, utilizado pela professora para informar e inteirar os pais sobre o que as crianças estão aprendendo na escola. Quando a professora envia o *fique por dentro* para a casa das crianças, ela provoca a comunicação da criança com a família uma vez que elas precisam relatar e explicar os acontecimentos marcantes do dia ou algo novo que aprenderam na escola.

Esse instrumento comunica às famílias, por exemplo, o valor da brincadeira para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, quando expõe uma brincadeira realizada na

escola e o que as crianças descobriram. Esse processo também pode ampliar o universo cultural das famílias, tendo em vista que nas situações em que as famílias têm poucas informações sobre o objeto de conhecimento estudado com as crianças, podem utilizar o *fique por dentro* para enriquecer a conversa com as crianças. Nesse caso, as famílias atuam em parceria com a professora. Essa comunicação abre portas para as famílias contribuírem com as pesquisas das crianças oferecendo livros, enciclopédias, objetos, materiais ou até mesmo realizando momentos de conversa na escola para compartilhar ideias e conhecimentos. Enfim, o instrumento torna-se um meio para envolver as famílias no processo de educação das crianças pequenas, promovendo sua participação ativa ao proporcionar um espaço de comunicação para exposição de opiniões e sugestões.



Fonte: Arquivo cedido para as pesquisadoras, 2020.
Figura 3 - Fique por dentro

Vale destacar que a documentação deve comunicar e explicar os momentos e os acontecimentos significativos da vida de criança na escola, sem limitar-se a ocasiões especiais como festas, passeios ou espetáculos. Ao compartilhar a documentação com as famílias, possibilitamos a ampliação de sua participação e interesse na vida escolar dos pequenos; viabilizamos também o sentimento de tranquilidade e de pertencimento nas experiências diárias de seus filhos, uma vez que elas podem “ler” o que ocorre na escola e, por meio da

leitura e reflexão sobre a documentação, as famílias são introduzidas em um nível mais elevado de conhecimento, que as ajuda a formular opiniões e expectativas em relação à escola. (IOZZELLI e GALARDINI, 2018).

Por todo o exposto, ressaltamos que por meio da documentação pedagógica as crianças podem ser valorizadas em seus modos de ver e compreender o mundo, pois, elas podem retomar os processos vividos e ganhar voz e vez nas relações instituídas na escola. Há muitas possibilidades de documentação, porém, é preciso elaborar anotações e registros significativos das próprias observações e acontecimentos no dia a dia para que se tornem meios para uma reflexão posterior e replanejamento das ações educativas. (ARTUR e MAGALHÃES, 2017).

Em síntese, destacamos que a documentação pedagógica da professora colaboradora se aproxima dos princípios de uma prática que visa a formação humana, tendo em vista que contempla diversos atores do processo educativo. Sendo assim, a professora oferece às crianças as condições para a sua participação ativa nos processos, o que contribui para que elas se tornem conscientes sobre o que estão aprendendo; no que se refere às famílias são criados canais de comunicação, participação e trocas de experiências para apoiar o desenvolvimento e aprendizagens das crianças; no que diz respeito à escola, as práticas de documentação pedagógica revelam elementos que podem gerar mudanças e melhorar a qualidade do ensino oferecido e por fim, a documentação elaborada pela professora, serve de base para sustentar sua reflexão sobre a prática e sobre a constituição do ambiente educativo com vistas ao aprimoramento dos processos de aprendizagem individual e coletivo das crianças.

Considerações Finais

Conforme anunciamos na introdução, realizamos um levantamento das produções acadêmicas sobre o tema com a finalidade de localizar nosso estudo em relação às diversas pesquisas. Nesse percurso metodológico, buscamos elucidar os desafios que se fazem presentes para a elaboração de uma documentação pedagógica com potencial para avaliar as aprendizagens das crianças na escola da infância. No âmbito do recorte temporal utilizado para a pesquisa, destacamos como principais desafios:

a) Fragilidade na formação inicial – os resultados alcançados revelam que os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na formação inicial são insuficientes para subsidiar a elaboração de uma documentação pedagógica capaz de evidenciar as aprendizagens conquistadas pelas crianças;

b) Dificuldades para compreensão sobre a especificidade da avaliação na EI – As dificuldades relatadas pelos professores acerca do processo avaliativo, são oriundas da falta de tempo e dificuldade para elaborar o registro diário. Atrelada a essas dificuldades, ainda faltam apoio técnico e pedagógico para eles. Desse modo, a avaliação fica restrita aos aspectos comportamentais e atitudinais das crianças;

c) Elaboração de coletâneas de atividades que não contribuem para análise do processo de aprendizagem – os portfólios analisados nas pesquisas, apresentaram padrões e estruturas a partir de uma lógica rígida – estabelecimento de quantidades e tipos atividades, escolhidos pela professora – e os registros, por sua vez, apesar de descreverem as atividades, não relatam as particularidades das crianças;

d) Visão classificatória da avaliação – em relação às concepções e práticas dos professores, ainda persiste a ideia fragmentada de avaliar para classificar as crianças em sem considerar as condições que foram oferecidas a elas. Todavia, constata-se que muitos professores estão buscando o aprendizado para que tenham condições de aprender e refletir sobre tais processos, considerando a necessidade de avaliar em uma perspectiva formativa e mediadora;

e) A importância da formação continuada – de acordo com as nossas descobertas, a formação continuada que contemple a perspectiva humanizadora ainda é um desafio e constitui-se como uma importante ferramenta para instrumentalizar a ação docente e a formação da sua consciência crítica;

f) Imprecisão na linguagem utilizada nos documentos oficiais – uma breve análise dos documentos que normatizam os processos educativos para a elaboração da documentação pedagógica, revelou a imprecisão das terminologias utilizadas nesses documentos que dificulta a compreensão das questões pedagógicas envolvidas no processo;

g) Falta de participação dos professores na elaboração das políticas públicas para a infância – os estudos evidenciaram que ainda é preciso avançar na apropriação e participação

ativa dos professores na construção das políticas educacionais enquanto sujeitos políticos, visto que, os processos de tomada de decisão ainda são centralizados.

Contudo, apesar dos obstáculos e dos desafios impostos para a prática docente consciente, argumentamos que pela documentação é possível recuperar os percursos e as escolhas vividas ao longo do caminho. Tais questões nos levam a refletir sobre o sentido das ações realizadas na escola – o quê, como, por quê, para quem e com quem – e a importância de que as aprendizagens das crianças sejam contextualizadas e plenas de sentido para elas. Assim, cabe ao professor questionar-se: a criança foi protagonista nas experiências vividas? As condições para o aprendizado foram configuradas a partir das motivações e interesses da criança? Quais foram os meios utilizados para comunicar as aprendizagens das crianças para as famílias? Assim, além de dar visibilidade às aprendizagens das crianças, a documentação pedagógica é uma importante ferramenta de autoformação para desenvolver a alteridade, refletir sobre o seu fazer pedagógico, (re)pensar a concepção de criança, de educação e de sociedade que se constrói em uma determinada realidade.

A ausência de consciência sobre a atividade do professor, da criança e dos demais atores envolvidos nesse processo, incorpora conformações e determinações que alienam a ação docente, pois, observar para refletir, planejar e executar exercícios dialéticos, não ocorrem em linearidade. Ao situarmos nossa prática no contexto, ao singularizarmos as crianças com as quais trabalhamos, considerando suas condições de vida e educação, isso eleva o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

Neste movimento, é preciso que deixemos de encarar a prática educativa como um ato solitário e exaustivo – no qual fazemos tudo pela criança – e passamos a construí-lo em colaboração criança-educador-meio (interpsíquico ao intrapsíquico num movimento constante, dialético e cada vez mais sofisticado), assumindo-se como intelectual comprometido a partir de uma atitude observadora, pesquisadora, ativa e, sobretudo comprometido com uma educação transformadora, crítica e emancipadora.

DOCUMENTING, RECORDING AND EVALUATION IN EARLY CHILDHOOD
EDUCATION: IMPLICATIONS OF CULTURAL HISTORY THEORY FOR
PEDAGOGICAL DOCUMENTATION

Abstract - This article aims to discuss pedagogical documentation as possibilities to highlight the learning of children and understand the teacher's activity from a humanizing perspective, against the background of the contributions of the Historical-Cultural Theory. In the methodology, we carried out a literature review to locate our discussion based on what has already been written on the subject and punctuate the documentation from the point of view of legal regulations. In the course of the work, we analyzed the records and pedagogical documentation of a teacher working in the final grades of Early Childhood Education that dialogues with our discussion. In conclusion, we consider the multiple conditionings that limit the teacher's conscious activity, highlighting elements for the constitution of a humanizing evaluation process.

Keywords: Pedagogical documentation. Childhood. Historical-Cultural Theory.

Referências

AMPARO, Vanelli Pires. **Avaliação na Educação Infantil: percepções de professoras de um centro de educação infantil municipal de Sorocaba (SP)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018.

ARANTES, Liduina Vieira. **Processos avaliativos e documentação pedagógica na Pré-Escola da rede municipal de Rio Verde – Goiás**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Goiás, Rio Verde, 2019.

ARTUR, Ana e MAGALHÃES, Cassiana. Documentar a aprendizagem para avaliar e comunicar. In: MELLO, Suely Amaral e COSTA, Sinara Almeida da. **Teoria Histórico Cultural na Educação Infantil: conversando com professoras e professores**. Curitiba, PR: CRV, 2017. (p. 231-242).

BONAS, Meritxell. A arte do pintor de paisagens: algumas reflexões em torno da documentação. In: MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmem Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Documentação Pedagógica: Teoria e Prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. (p. 77-83).

BRASIL. Lei 12.796 de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: CNE/CEB/Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília, 2017.

BRASIL. *Resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.* Brasília, DF: CNE/CEB/Ministério da Educação, 2009.

CABANELLAS, Maria Isabel. Emergir com os modos de aprendizagem das crianças. In: CABANELLAS, Maria Isabel; CABANELLAS, Maria Clara; CABANELLAS, Juan José; RUBIO, Raquel P. *Ritmos infantis: tecidos de uma paisagem interior.* 2ª ed., São Carlos: Pedro & João, 2020.

CASTRO, Joselma Salazar de. **A docência na educação infantil como ato pedagógico.** 2016. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

COUTINHO, Ângela Scalabrin; MORO, Catarina. Educação infantil no cenário brasileiro pós golpe parlamentar: políticas públicas e avaliação. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 19, n. 36, p. 349-360, dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2017v19n36p349/35623>>. Acesso em: 22 out.2020

DAVOLI, Mara. Documentar processos, recolher sinais. In: MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (Org.). **Documentação Pedagógica: teoria e prática.** São Carlos: Pedro & João, 2018.

GALARDINI, Anna Lia e IOZZELLI, Sonia. Dar visibilidade aos acontecimentos e aos itinerários de experiência das crianças nas instituições para a pequena infância. In: MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmem Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Documentação Pedagógica: Teoria e Prática.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. (p. 87-98)

GANDINI, Lella. Espaços educacionais e de envolvimento pessoal. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança.** Porto Alegre: Artes Médica, 1999. p.147-158.

GAVA, Fabiana Goveia. **Avaliação na Educação Infantil: Sentidos atribuídos por professores na creche.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. **O dito e o vivido: concepções e práticas avaliativas na educação infantil da rede municipal de Fortaleza.** 2016. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** Vol 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KAWADA, Valdejane Tavares. **A documentação pedagógica como mediação à construção do conhecimento escolar na Educação Infantil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

LAGE, Livia Larissa de Lima. **Fios que conectam docência e infância: o papel da experiência estética na formação de professores de educação infantil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LEONTIEV, Alexis N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, Lev Semenovich.; LURIA, Alexander Romanovich.& LEONTIEV, Alexis N. (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ed. Ícone, 2016. 14ª ed. (p.59-83).

LINO, Dalila. O modelo pedagógico de Reggio Emília. In: FORMOSINHO- Júlia Oliveira (org.) **Modelos curriculares para a Educação de Infância: Construindo uma práxis de participação**. Portugal: Ed. Porto, 2007, 3ª ed. (p. 93-121).

MENDONÇA, Cristina Nogueira. **A documentação pedagógica como processo de investigação e reflexão na educação infantil**. 2009, 135 p. tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NANAKA, Márcia Sayoko. **Contribuições da formação continuada a professores de crianças de zero a três anos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Daniele Ramos de. **Avaliação na creche: subsídios teórico-práticos a partir da análise de documentos do MEC (2000-2015)**. 2017. Tese. (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2017.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia e FORMOSINHO, João. Pedagogia em participação: em busca de uma práxis holística. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia e PASCAL Christine. **Documentação Pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação**. Porto Alegre: Ed. Penso, 2019. (p. 26-56).

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia *et al.* Princípios éticos para uma avaliação pedagógica holística. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia e PASCAL Christine. **Documentação Pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação**. Porto Alegre: Ed. Penso, 2019. (p. 137-148).

SCHMEING, Leila Bitencourt. **As especificidades da atuação docente para e com bebês e crianças de 0 a 3 anos: uma pesquisa com professoras em um Centro de Educação Infantil de São Paulo.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, São Paulo, 2019.

VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas IV*. Madrid: Machado Grupo de Distribución, 2012.

VYGOTSKI, L. S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. In: **Sete Aulas de L.S. Vigotski:** sobre os fundamentos da Pedologia. Tradução e Organização de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. 1.ed.Rio de Janeiro: EPapers, 2018.

Recebido em: 20/12/2020

Aprovado em: 10/06/2021